

MENSAGEM Nº 001/2023

A Sua Excelência o Senhor
VEREADOR ANTÔNIO FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal
São Miguel do Tapuio-PI

Senhora Presidente,
Senhores Vereadores,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei em anexo, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

Como se sabe, todos os entes federativos devem obedecer ao arquétipo constitucional para a contratação de pessoal. Nesse sentido, a regra constitucional preceitua que a investidura em cargo, função ou emprego público se dará por intermédio de concurso público de provas e títulos.

No entanto, a norma constitucional ressalva a dispensa de concurso público no provimento de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, bem como na hipótese de contratação por tempo determinado. Diz a Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Dessa forma, e tendo em vista ainda o que dispõe o Art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que tratam da competência do município em legislar sobre assuntos de interesse local, bem como de suplementar, no que couber, a legislação federal e estadual, é que tomamos a iniciativa de apresentar a presente proposta a essa Casa Legislativa.

Outrossim, é oportuno mencionar que o Tribunal de Contas do Estado tem exigido a regularização dos casos de contratação temporária nos municípios, para o que a aprovação da presente proposta é imprescindível.

CÂMARA MUN. DE S. MIGUEL DO TAPUIO-PI
São Miguel do Tapuio-PI, 17 de janeiro de 2023.
EXPEDIENTE APROVADO NA SESSÃO

ORDINÁRIA EXTRA 20/01/2023

ORIGEM: Poder Executivo

VOTAÇÃO: unânime

VOTOS A FAVOR 08 VOTOS CONTRA 0

APROVADO(A) REJEITADO(A)

OBS:

Manoel F. Silva
1º SECRETÁRIO

Antonio Francisco Pereira da Silva
Presidente da Câmara
CPF: 462.844.753-00

EXPEDIENTE

LIDO EM, 20/01/2023

Manoel F. Silva
1º SECRETÁRIO

Helson Soares Costa
HELSON SOARES COSTA
Controlador Geral
CPF: 018.013.943-06

RECEBIDO EM

17/01/23



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI
Praça. Cel. Manoel Evaristo de Paiva, 92 – Bairro Centro
CNPJ nº 06.716.906/0001-93, Tel/Fax – (86) 3249-1333

Em face de todo o exposto, e considerando a relevância da matéria tratada no anexo Projeto de Lei, bem como do compromisso desta gestão e dos nobres Edis com os princípios que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, espero que essa Câmara conceda o seu apoio ao presente Projeto, apreciando-o e aprovando-o na maior brevidade possível, em **REGIME DE URGÊNCIA**, nos termos da Lei Orgânica do Município e do Regimento dessa Casa.

São Miguel do Tapuio, em 17 de janeiro de 2023.

POMPILIO EVARISTO CARDOSO FILHO:
03685107356
POMPÍLIO EVARISTO CARDOSO FILHO
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por POMPILIO EVARISTO
CARDOSO FILHO 03685107356
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC.SOLUTI Multipla
v6, OU=2713404000182, OU=Videconferencia,
OU=Certificado PF A1, CN=POMPILIO EVARISTO
CARDOSO FILHO 03685107356
Data: 2023.01.17 12:08:02-03'00'



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO
Praça. Cel. Manoel Evaristo de Paiva, 92 – Bairro Centro
CNPJ nº 06.716.906/0001-93, Tel/Fax – (86) 3249-1333

EXPEDIENTE APRECIADO NA SESSÃO
 ORDINÁRIA EXTRA 20/01/2023
ORIGEM: Poder Executivo
VOTAÇÃO: unânime
VOTOS A FAVOR 08 VOTOS CONTRA 0
 APROVADO(A) REJEITADO(A)

PROJETO DE LEI Nº 053/2023

OBS: *Manoel Soares Costa*

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Município de São Miguel do Tapuio, reger-se-á pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da administração municipal direta, as autarquias e as fundações públicas municipais poderão contratar pessoal por tempo determinado, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, nas condições previstas nesta Lei.

Art. 3º Consideram-se como necessidade temporária de excepcional interesse público as situações cuja ocorrência possa gerar prejuízo à oferta de serviços sob a responsabilidade da administração municipal e que tenha prazo definido, ou se destine a antecipar a solução de uma demanda que será suprida por um processo mais longo de concurso público, em especial:

- I - assistência a situações de emergência e de calamidade pública;
- II - combate a surtos endêmicos e assistência a outras emergências em saúde pública;
- III - atendimento a programas especiais de saúde pública, de educação e de assistência social, especialmente aqueles financiados com recursos federais;
- IV - admissão de professor substituto para suprir a falta de docentes na carreira;
- V - admissão de professor e pesquisador visitante, nacional ou estrangeiro;
- VI - admissão de pessoal para suprir as substituições decorrentes de licenças e afastamentos previstos em lei;
- VII - realização de recenseamentos e revalidações de cadastros referentes a programas municipais, estaduais ou federais, e outras pesquisas que não sejam realizadas continuamente;
- VIII - para o desenvolvimento de atividades:
 - a) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos ou convênios, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública;
 - b) técnicas especializadas necessárias à implantação de órgãos ou entidades ou de novas atribuições definidas para organizações existentes ou as decorrentes de aumento transitório no volume de trabalho;
 - c) técnicas especializadas de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho, e que não se caracterizem como atividades permanentes do órgão ou entidade;

RECEBIDO EM
17/01/23

EXPEDIENTE
LIDO EM, 20/01/2023
Manoel Soares Costa
1º SECRETÁRIO

HELSON SOARES COSTA
Controlador Geral
CPF: 016.019.943-06

Antonio Francisco Pereira da Silva
Presidente da Câmara
CPF: 462.845.753-00

IX - atendimento urgente a exigências do serviço, em decorrência da falta de pessoal concursado e para evitar o colapso nas atividades afetas aos setores de transporte, obras públicas, educação, saúde, segurança pública, assistência previdenciária, assistência social e meio ambiente;

X - destinado à gestão e fiscalização de projetos;

XI - para atender a atividades, programas e projetos financiados com recursos estaduais, federais ou de organismos internacionais, que por seu caráter temporário, não justifiquem a criação de cargos públicos no quadro de pessoal municipal.

Art. 4º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado, com prazo de validade de até 01(um) ano contado da data de homologação do seu resultado, prorrogável uma única vez por igual período.

§ 1º A contratação para atender às situações previstas nos incisos I e II do art. 3º desta Lei prescindirá de processo seletivo.

§ 2º A contratação de pessoal, nos casos referidos nos incisos V, VIII e X do art. 3º desta Lei, poderá ser efetivada em vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise *do curriculum vitae*.

Art. 5º As contratações de que trata esta Lei serão efetivadas através de contrato administrativo, com observância da dotação orçamentária específica.

§ 1º Os contratos e seus respectivos aditivos deverão ser efetivados e firmados pelo titular do órgão ou entidade interessada na admissão.

§ 2º O termo de contrato e seus aditivos deverão ser publicados, resumidamente, na Imprensa Oficial.

Art. 6º A remuneração do pessoal contratado na forma desta Lei será idêntica à remuneração inicial percebida pelo servidor efetivo em início de carreira de mesma categoria ou, inexistindo, de categoria equivalente.

§ 1º A contratação de pessoal para jornada semanal inferior à fixada em lei para o cargo efetivo do servidor substituído dar-se-á com a redução proporcional da respectiva remuneração, observada a conveniência da Administração.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, não serão consideradas as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

§ 3º No caso do inciso VII do art. 3º, quando se tratar de coleta de dados, o valor da remuneração poderá ser fixado por unidade produzida, desde que obedecido o disposto no *caput* deste artigo.

Art. 7º O pessoal contratado na forma desta Lei fica submetido ao regime jurídico-administrativo.

Art. 8º Ao contratado é proibido:

I - desempenhar atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada;

III - participar de comissão de sindicância ou inquérito administrativo ou de qualquer órgão de deliberação coletiva.

Art. 9º O contrato firmado, nos termos desta Lei, extinguir-se-á, sem direito a indenizações:



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI
Praça. Cel. Manoel Evaristo de Paiva, 92 – Bairro Centro
CNPJ nº 06.716.906/0001-93, Tel/Fax – (86) 3249-1333

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - por iniciativa do contratante, nos casos:
 - a) de prática de infração disciplinar;
 - b) de o contratado assumir o exercício de cargo ou emprego incompatível com as funções do contrato;
 - c) em que assim o recomendar o interesse público;
 - d) de aprovação de candidato em concurso público para o mesmo cargo ou função.

III - por iniciativa do contratado;

IV - pela extinção ou conclusão do projeto ou programa, definidos pelo contratante, nos casos do art. 3º, incisos III, VII, VIII e XI.

§ 1º A extinção do contrato, nos casos do inciso II, alínea c, do inciso III e do inciso IV, será comunicada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§ 2º A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, não importará no pagamento ao contratado de indenização.

Art. 10 É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores e empregados públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo os servidores do Município de São Miguel do Tapuio, bem como de servidores e empregados públicos de quaisquer de suas subsidiárias e controladas, salvo nos casos de acumulação lícita de cargos.

Art. 11 É vedada a recontração do pessoal admitido nos termos desta Lei, na mesma ou em outra função, quando decorrente do mesmo processo seletivo simplificado, salvo quando o pacto não houver atingido o limite temporal fixado no art. 2º desta Lei, hipótese em que o somatório dos prazos não poderá exceder o referido limite.

Art. 12 É considerado de natureza pública o tempo de serviço prestado sob a contratação regulada por esta Lei, computando-se o respectivo período para todos os efeitos legais.

Art. 13 O chefe do Poder Executivo Municipal poderá editar normas complementares necessárias à fiel execução desta Lei.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São Miguel do Tapuio-PI, em 17 de janeiro de 2023.

POMPILIO EVARISTO CARDOSO FILHO
Assinado digitalmente por POMPILIO EVARISTO
CARDOSO FILHO:03685107356
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipia
v5, OU=2713404000192, OU=Videoconferencia
OU=Certificado PF A1, CN=POMPILIO EVARISTO
CARDOSO FILHO:03685107356
Data: 2023.01.17 12:47:37-03'00'

POMPÍLIO EVARISTO CARDOSO FILHO
Prefeito Municipal

Antonio Francisco Peretá da Silva
Presidente da Câmara
CPF: 462.845.768-00